

**CONTEXTUALIZANDO O LÉXICO COMO OBJETO DE ESTUDO:  
CONSIDERAÇÕES SOBRE SINONÍMIA E REFERÊNCIA**  
(Contextualizing Lexis: On Synonymy and Reference)

Solange Coelho VEREZA  
(Universidade Federal Fluminense)

*ABSTRACT: The aim of this paper is to discuss the concepts of synonymy and reference as they are used in formal semantics and textual linguistics in order to verify the extent to which they may provide a link between the notions of denotative and textual meaning. The expressive function of reference, normally approached through its referential role in the text, will also be discussed. A brief analysis of some examples of reference taken from a written text will illustrate some of the issues treated in the paper.*

*KEY WORDS: cohesion, lexis, reference, synonymy.*

*RESUMO: O objetivo deste trabalho é discutir os conceitos de sinonímia e referência usados na semântica e na lingüística textual para verificar até que ponto esses conceitos remetem a uma possível interseção entre a noção de significado denotativo e significado textual. Serão feitas considerações acerca da função expressiva da referência, normalmente vista a partir de sua função referencial no âmbito do texto. Uma análise sucinta de exemplos de referência retirados de um texto servirá de ilustração para as questões aqui tratadas.*

*PALAVRAS-CHAVE: coesão, léxico, referência, sinonímia.*

**Introdução: a semântica abstrato-conceitual**

A lingüística da chamada linha “formalista” submeteu o seu objeto de estudo a um processo de idealização que o retirou de qualquer contexto de uso, o homogeneizou, o regularizou e o sistematizou dentro de moldes aceitáveis de cientificidade (Halliday, 1985). Isso significou, segundo Sampson (1980), que os estudos da linguagem passaram a abordar o seu objeto como uma “espécie de entidade que pudesse ser descrita objetivamente da mesma forma que os outros elementos do mundo natural” (:17).

O estudo do significado, entretanto, não parecia se adequar aos moldes formalistas da lingüística estruturalista. Talvez por essa razão, a lingüística dita “dura” tenha excluído a semântica justamente pela natureza multi-dimensional e plural de seu objeto: o significado. As diversas concepções do que seria “significado” parecem apontar para a dificuldade de se definir e de se investigar sistematicamente um objeto dessa natureza. Algumas dessas concepções tratam o significado como “unidade cultural” (Eco, 1974), “representação mental” (Jackendoff, 1992), “invariante semântico” (Jackobson, 1988), ou ainda, um “conjunto determinado de interpretações de um símbolo” (Sperber, 1974). O clássico estudo de Ogden e Richards (1923,1985) identifica 16 diferentes “significados para significados”. Essa pluralidade significativa fez, e ainda faz, com que o significado represente “uma palavra suja para os lingüistas” (Ullmann, 1987: 148), como também uma área bastante negligenciada pelos estudos lingüísticos. Como coloca Jackobson (1988:33):

“Os lingüistas fizeram o impossível para excluir a significação e todo recurso à significação, da lingüística. Dessarte o campo da significação permanece uma terra de ninguém. Esse jogo de esconde-esconde deve terminar. Por anos e décadas temos lutado no sentido de anexar os sons da fala à fonologia. Devemos agora abrir uma segunda frente: estamos diante da tarefa de incorporar as significações lingüísticas à ciência da linguagem”.

A semântica “incorporada à ciência da linguagem” ressurgiu, assim, dentro dos moldes dessa mesma ciência. Para isso, a noção de significado só pode ser introduzida na ciência “após ter sido suficientemente circunscrita” (Sperber, *ibid*).

Enquanto o estruturalismo buscava a identificação de regularidades em um objeto descontextualizado no âmbito da sintaxe, a semântica colocava o seu objeto em uma dimensão também bastante formal, criando assim o que Marques (1990) chama de “semântica abstrato-conceitual”. Nesse paradigma, podemos identificar a análise componencial (ver, por exemplo, Pottier, 1978 e Bendix, 1966), onde os componentes semânticos da palavra são investigados, a análise da “representação mental” do conceito (Jackendoff, 1982) e o estudo das relações de sentido entre palavras dentro de um campo semântico. Em todos esses casos, parte-se do pressuposto da possibilidade de um “núcleo significativo” inerente ao signo. Em outras palavras, para usar o

conceito da *metáfora do canal* introduzido por Reddy (1990), o signo lingüístico como elemento denotativo seria uma espécie de “receptáculo” de um ou mais significados, dependendo do grau de polissemia da palavra. Assim, a palavra, em última análise, conteria um “significado” (um conteúdo) que seria compartilhado pelo léxico mental dos falantes de uma língua. Caberia ao semanticista, dentro de um recorte componencial, por exemplo, identificar as marcas específicas desse núcleo como também os seus traços semânticos mais característicos que o distinguiriam de um outro similar.

O objeto de estudos lingüísticos, no entanto, tem sido, nas últimas décadas, re-inserido no que podemos chamar de “dimensão contextual”. A sociolingüística, a lingüística textual, a gramática funcional, a teoria da enunciação e as diversas tendências da análise de discurso, por exemplo, ampliaram esse objeto, introduzindo diferentes aspectos do “contexto” em suas investigações. Apesar desses aspectos serem de naturezas diversas, e caracterizarem também diferentes dimensões contextuais, eles têm em comum o fato de não pressuporem uma literalidade inerente à palavra, irem além da frase enquanto unidade de análise lingüística, e levarem em consideração a natureza dinâmica da linguagem. A lingüística textual de Halliday, por exemplo, estuda os aspectos lingüísticos que estabelecem a coesão textual. O objeto, no caso o texto definido como “co-texto”, ainda pode ser considerado bastante formal, já que Halliday opta por uma abordagem que exclui os aspectos “exofóricos” do texto (o que não é marcado lingüisticamente no texto, isto é, o que estaria na dimensão do *contexto* não verbal e não do *co-texto*). Mesmo assim, a frase, a unidade primordial da sintaxe, não está mais isolada de um contexto de significação. O texto em si forneceria vários elementos para uma análise lingüística que pudesse levar em conta a produção de sentidos através de relações ou elos de coesão.

Dentro dessa perspectiva, o objetivo deste trabalho é propor uma possível interface entre a semântica e a lingüística textual a partir da relação entre dois de seus principais conceitos, respectivamente: a sinonímia, baseado no *significado denotativo*, e a referência, que define e é definida pelo *significado textual*. Serão feitas também considerações acerca da função expressiva da referência, normalmente vista a partir de sua função referencial no âmbito do texto. Uma análise sucinta de exemplos retirados de um texto servirá de ilustração para as questões a serem aqui tratadas.

## A sinonímia

A sinonímia é um dos conceitos mais tradicionais e conhecidos da semântica. Parte até mesmo da metalinguagem popular, a sinonímia é também bastante explorada como recurso pedagógico para a expansão de vocabulário. A artificialidade e a pouca eficácia desse recurso já foram apontadas por lingüistas e educadores (Hatch e Brown, 1996). Mesmo assim, a sinonímia ainda representa um conceito recorrente nos estudos semânticos, além de ser essencial no âmbito da lexicografia, onde palavras sinônimas (ou hiperônimas) são usadas em definições de dicionários. Há também, no discurso metalingüístico, as referências explícitas a possíveis sinônimos de um termo e até mesmo dicionários de sinônimos. Neste trabalho pretende-se discutir como esse conceito pode iluminar alguns aspectos da questão da referência na coesão textual, mostrando-se assim uma possível interseção entre diferentes recortes analíticos: um mais, o outro menos contextualizado.

Segundo Lyons (1995) e Hatch e Brown, podemos dizer que duas ou mais expressões são sinônimas se compartilham o mesmo significado, isto é, se tiverem não apenas semelhança, mas total *identidade* de significado (:60). No entanto, como propõe Lyons, a sinonímia absoluta teria que satisfazer as seguintes condições:

- a) todos os significados das expressões envolvidas teriam que ser idênticos.
- b) as expressões teriam que ser sinônimas em todos os contextos, e
- c) teriam que ser semanticamente equivalentes em todas as dimensões do significado (descritivo e não-descritivo) (:61).

Veremos mais abaixo a distinção entre esses dois últimos conceitos. No momento, é importante notar que essas condições limitam bastante a possibilidade de sinonímia absoluta. Para Lyons, a maioria dos exemplos de sinonímia apresentados em dicionários, especializados ou não, tratam de casos do que ele chama de “quase-sinônimos”, ou “sinônimos parciais”, isto é, expressões que têm significados similares, porém não idênticos. Além disso, variáveis colocacionais, regionais, estilísticas, emocionais, ou até mesmo gramaticais praticamente impossibilitam a total identidade entre os termos em questão.

Uma outra definição de sinonímia, dentro da teoria de campos semânticos, seria a total compatibilidade de traços semânticos característicos de dois termos, o que envolveria, segundo Lehrer (1974), “uma

implicação bilateral” ou ainda a “propriedade desses termos de poderem ser substituídos um pelo outro sem prejuízo do que se pretende comunicar” (Câmara, 1979: 222). Mais uma vez, estabelece-se condições que praticamente anulam a possibilidade de uma sinonímia total. Afinal, poder-se-ia perguntar, a sinonímia é uma condição relativizável, um fenômeno que pode ter maior ou menor intensidade? Há termos mais ou menos sinônimos em relações a outros, ou apenas mais ou menos semelhantes? Expressões são sinônimas ou não, ou podem ser apenas “um pouco sinônimas”, ou “mais ou menos” sinônimas, como propõem Hatch e Brown (1995)?

Essas questões parecem pertinentes se formos pensar a sinonímia como um construto a ser legitimado apenas dentro de uma perspectiva lingüística bastante formal que exclua aspectos relativos ao contexto e ao uso da linguagem. Isto é, a própria noção de sinonímia implicaria a descontextualização do objeto lingüístico, uma vez que essa relação de significado seria estabelecida a partir de um campo semântico abstrato e teoricamente concebido.

No entanto, quando a questão se volta para a identidade de referência no discurso, isto é, a linguagem em uso, a noção de sinonímia, como a de outras relações de campos semânticos, perde o seu principal suporte conceitual: a abstração e, conseqüentemente, a invariância ou estabilidade do sentido.

Como a lingüística, a semântica ampliou o nível de contextualização do seu objeto de estudo a partir da inclusão de aspectos pragmáticos e situacionais, antes não levados em consideração. Assim, não é incomum falar-se hoje de uma “semântica discursiva”. Nessa perspectiva, como se situaria uma noção abstrata como a sinonímia, e que relação teria com noções discursivas como “referência” em uma lingüística textual?

## **O léxico no contexto lingüístico**

Como vimos acima, a contextualização dos estudos da linguagem pode ser evidenciada através das novas tendências no campo da pragmática e nas diversas linhas da análise de discurso. No caso do léxico, podemos dizer que esse tornou-se essencial para a caracterização de gêneros lingüísticos (*genres*), atos de fala, marcadores do discurso e outras unidades relativas à linguagem em uso.

No entanto a relação entre itens lexicais no contexto do texto (co-texto) foi conceituada mais sistematicamente por Halliday e Hasan (1976), Hasan (1985) e Hoey (1990) a partir da noção de *coesão lexical*. Em primeiro lugar, parte-se do pressuposto de que o significado do texto como um todo só pode ser estabelecido através de relações de natureza semântica a serem criadas a partir de elementos que co-ocorram no próprio texto. Dessa forma, não haveria significado nas proposições independentemente do contexto/co-texto onde essas se inseririam.

A rede lexical de um texto formaria o seu universo semântico, e relações de significado entre itens só poderiam ser identificadas como tal a partir desse universo. No entanto, sabemos que, em última análise, o significado de qualquer prática discursiva ultrapassa as fronteiras do texto, mesmo sendo esse concebido como uma unidade dinâmica de sentidos inter-sentencial: há inúmeros fatores extra co-textuais, isto é, do contexto não verbal, que determinam a significação. Halliday denomina essa dimensão não co-textual de *contexto exofórico* (conhecimento do mundo, informação compartilhada, etc.), diferenciando-a do *contexto endofórico*, que seria o texto verbal propriamente dito.

Essa conceituação de contexto exofórico é muito geral e, portanto, pouco esclarecedora, uma vez que parece se referir a tudo aquilo que está fora do texto e que, de alguma forma, afeta a linguagem. A natureza desse contexto extra-lingüístico tem sido bastante estudada, e hoje já podemos determinar com mais clareza pelo menos dois de seus planos :

a) Contexto imediato da situação de fala (contexto micro-situacional): aspectos da situação de enunciação: participantes, canal, força ilocucionária do discurso, gênero discursivo, etc. Ou, como resume Lyons (1995:413), “a situação espaço-temporal que inclui o falante, o ouvinte, as ações que esses estão desempenhando, e os vários acontecimentos e objetos presentes”.

b) Contexto macro-situacional: conhecimento de mundo em geral, incluindo o da língua, e do tópico específico do texto (parte dos chamados “schemata”), conhecimento acumulado do que foi dito anteriormente, historicidade da linguagem e sua relação com a cultura, ideologia, crenças e valores presentes na comunidade de fala à qual os participantes pertencem (Toolan,1996)

Como veremos a seguir, o contexto exofórico não pode ser desvinculado da significação textual. Quando Halliday exclui esse ní-

vel de contexto de sua teoria de coesão, o faz principalmente por razões teóricas e metodológicas: afinal, a coesão é caracterizada, sobretudo, por marcas lingüísticamente explicitáveis (pronomes, elipses, conjunções e itens lexicais) encontradas no texto e, além disso, seria impossível ter como objeto de estudo fatores extratextuais que “levariam a comentários intuitivos, e não a uma análise teoricamente coerente” (Halliday, 1984: xvii).

### **Coesão lexical e referência**

Em um estudo clássico na filosofia da linguagem ordinária, Strawson (1964) conceitua a referência como um ato através do qual identifica-se a referência daquilo a que um estado de coisas qualquer se refere. A proposição, por exemplo, “Cesar está morrendo”, além de ter a função geral de identificar um fato ou uma situação histórica, tem, como parte dessa função, a sub-função de designar um item histórico, Cesar, que a situação envolve essencialmente. O filósofo chama essa função da linguagem de “referência identificadora”, que pressupõe o “princípio da assunção do conhecimento compartilhado” sobre *o que* ou *a quem* a situação relatada se refere (“conhecimento identificador”, p. 86). Nomes próprios, alguns pronomes pessoais e demonstrativos seriam exemplos de expressões lingüísticas que manifestariam a “referência identificadora”. Aqui, a referência, apesar de presente lingüísticamente no co-texto, só poderia ser estabelecida plenamente, isto é, tornar-se sentido, através do “contexto” não verbal extralingüístico.

A referência no âmbito da coesão textual, isto é, a referência endofórica ou *co-referência*, seria a característica de certos itens lingüísticos de, ao invés de serem interpretados por seus traços semânticos e/ou por um “conhecimento identificador”, fazerem referência a outro item a ser encontrado no próprio texto para a sua interpretação. Esse item, em torno do qual a referência se manifesta, é chamado de *referente lingüístico* (Hasan, 1985). Os pronomes pessoais não dêiticos e os demonstrativos, o artigo definido, e os comparativos seriam exemplos de manifestações de co-referencialidade. Ao contrário da referência tratada por Strawson, a referência coesiva pode ser estabelecida através do co-texto; isto é, não há uma assunção *a priori* (pre-texto) de um conhecimento sobre o que está sendo referido.

Os casos de referência citados (pronomes pessoais, artigo definido, comparativos e demonstrativos), como também os de outros tipos de coesão (elipse e substituição) são basicamente de natureza gramatical. Hasan (1985) explicita essa característica introduzindo a noção de “*mecanismos implícitos*”, que seriam aqueles itens cuja interpretação se dá somente a partir de um ambiente lingüístico que possa fornecer algum tipo de co-referencialidade. Itens lingüísticos que não necessitariam de um contexto para sua interpretação seriam as chamadas palavras *plenas* ou *de conteúdo*.

Como a co-referência, segundo Halliday e Hasan, só se manifesta através de mecanismos implícitos, os autores conceituam um outro nível de coesão, a coesão lexical, para se referirem aos casos de relações coesivas de base semântica estabelecidas pela seleção de vocabulário (palavras “*plenas*”). As relações semânticas entre esses vocábulos (a repetição, a sinonímia, a antonímia, a meronímia ou a hiperonímia/hiponímia) estabeleceriam a coesão lexical.

Hasan (1985), define também a coesão lexical como um fenômeno textual com uma função de *co-extensão* e não de co-referência. Segundo a lingüista, a coesão lexical somente se manifesta através de relações de sentido (“*sense relations*”) entre “*palavras de conteúdo*”, relações essas que transcenderiam o texto. A coesão, nesse caso, estaria na rede semântica formada pela relação entre esses itens lexicais presentes em um determinado co-texto. Entre os exemplos sugeridos por Halliday e Hasan (1976), somente o “*d*” seria um caso de co-referencialidade.

O menino está subindo na árvore:

- a) Estes meninos estão sempre aprontando.
- b) Há outro menino bem embaixo.
- c) A maioria dos meninos adora árvores.
- d) O menino pode cair.

Entretanto, esses exemplos de modo algum representam todos os casos possíveis de coesão lexical, e nem podem ser considerados os mais típicos. Na verdade, a própria noção de coesão lexical não é consensual (ver, por exemplo, Koch, 1989 e Fávero, 1993) uma vez que grande parte dos casos de coesão lexical desempenha uma função essencialmente *referencial* no texto e por isso deveria fazer parte da categoria geral de co-referência, ou simplesmente referência.



Vejamos então alguns exemplos sugeridos por Koch (:46-47):

- a) O bandido disparou um tiro. Esse tiro acertou uma mulher que passava despreocupada pela calçada. (repetição)
- b) A porta se abriu e apareceu uma menina. A garotinha tinha olhos azuis e longos cabelos dourados. (sinonímia).
- c) Vimos o carro do ministro se aproximar. Alguns minutos depois, o veículo estacionava diante do palácio do Governo. (hiperonímia).

Podemos ver que, em todos esses casos, a função referencial anafórica é clara (tiro-tiro, menina-garotinha, carro-veículo). O uso de um pronome seria até aceitável, mas o uso de um vocábulo pleno muitas vezes impede uma possível ambigüidade. Nos exemplos a: *Ele* acertou uma mulher (o tiro ou o bandido?); e b: *Ele* estacionava (o carro ou o ministro?), essa ambigüidade em potencial é evidenciada. Além disso, na nossa língua (norma culta) e cultura, é estilisticamente recomendável evitar um uso excessivo de pronomes (o que não parece ser o caso da língua inglesa, onde os pronomes pessoais são usados como co-referência sem qualquer economia).

Pode-se também observar que em qualquer narrativa onde haja um ou mais agentes explícitos, por exemplo, a coesão lexical referencial é claramente predominante, a não ser em eventuais comentários do narrador:

“O carro finalmente pegou. *Carro velho é assim mesmo, né?* Pois é, mas aí ele saiu disparado pela Rio-Bahia como se estivesse dirigindo uma BMW ! *O carro* parecia mais um saco de batata rolando ladeira abaixo. . .” (programa Rádio Globo ao Vivo, Janeiro,1996).

O primeiro “carro” faz parte de uma interrupção da narrativa com comentário; já o segundo, retorna à referência original da narrativa, sendo que o termo “finalmente” sugere um referente lingüístico ainda anterior.

Assim, a função co-referencial do léxico parece indiscutível em um grande numero de casos de repetição ou substituição lexical. Porém, nesse último caso, a seguinte questão poderia ser colocada: se há uma identidade plena de referência, não poderíamos dizer que haveria em *termos funcionais* um caso de sinonímia, mesmo que os itens não sejam sinônimos em uma dimensão “abstrato conceitual”? Não é a sinonímia a possibilidade de “dois ou mais itens serem substituídos um pelo outro sem prejuízo do que se quer comunicar” (Câmara Jr.)?

Poder-se-ia dizer que a referência, no caso da sinonímia “pura”, denotativa, ou “experencial”, seria relativa a um conceito abstrato de caráter genérico compartilhado socialmente: palavras sinônimas teriam a mesma referência conceitual (“sense”, denotação, significado “experencial”) ou os mesmos componentes semânticos. Por outro lado, no caso da referência coesiva, ou co-referência, aquilo a que se refere está explicitado no texto anafórica ou cataforicamente em uma situação específica: a referência se exaure no texto. A sinonímia textual, então, parte de uma relação sintagmática entre termos co-referenciais e a sinonímia descritiva, por sua vez, define-se através de uma relação paradigmática entre termos com a mesma “denotação” no sistema de signos.

Estamos, por conseguinte, tratando de diferentes recortes teóricos: um, abstrato-conceitual onde a estabilidade de sentidos é dada como pressuposto; outro, contextual, ou co-textual, onde o sentido só se estabelece através da co-referencialidade. A sinonímia no primeiro caso seria uma “sinonímia denotativa” ou “sinonímia descritiva” que, segundo Lyons, representaria a “identidade de significado descritivo” (:63) ou “identidade de denotação” (:79), isto é, termos que compartilham um significado que independe do uso da linguagem em situações específicas. No caso da “sinonímia textual”, o que as expressões lingüísticas teriam em comum seria a referência (e não o “significado”) em uma determinada situação lingüística. Assim, diferentes formas de coesão lexical em um texto assumem um caráter de sinonímia por envolvem o que essa tem de essencial: a identidade de referência. Nesse caso, a sinonímia se esgota no próprio texto, pois não pertence a campos semânticos comuns no “sistema lingüístico” abstrato-conceitual.

Dentro de uma perspectiva abstrato-conceitual, por exemplo, “carro” e “veículo” manteriam uma relação semântica de hiperonímia/hiponímia, mas não seriam termos sinônimos. No entanto, quando falamos:

*“O carro desapareceu na avenida. O veículo não foi mais visto desde então”*; ou *“O carro desapareceu na avenida. Nunca mais ouviu-se falar daquele veículo”*, os itens em questão, ao assumirem identidade de referência através da anáfora, adquirem uma função de sinonímia. Até mesmo paráfrases complexas, mesmo metafóricas, desempenhariam essa função, apesar de, no plano abstrato-conceitual, não terem nem o caráter de uma possível “definição”:

*O carro desapareceu na avenida. A lata enferrujada nunca mais foi vista.*

Se usarmos os critérios para a co-referência propostos por Hasan, poderíamos concluir que esse fenômeno não parece estar muito evidente no exemplo acima. O artigo encerra um pressuposto de existência da entidade por ele introduzida, nesse caso, no próprio contexto. O restante do sintagma nominal (“lata enferrujada”) poderia ser considerado, do ponto de vista *funcional*, sinônimo de “carro”, através da identidade de referência.

Além disso, o emprego de tais paráfrases está claramente relacionado com a atitude do falante diante do tópico em questão: a relação de referência não é tão “neutra” (ou “descritiva”, Lyons, 1995) como no caso de “veículo”. Até mesmo Halliday e Hasan apontam para a influência da função interpessoal da linguagem ao tratarem do uso de substantivos gerais como elementos de coesão lexical. Vemos assim a inevitável influência do contexto exofórico na coesão. A identidade de referência no exemplo acima, apesar de se manifestar no texto, assume fatores independentes desse texto, isto é, pressupostos acerca de carros, de latas, do efeito do tempo sobre metais, além do posicionamento ou atitude do sujeito em relação ao carro, ou ao dono do carro ou, ainda, à situação descrita como um todo.

Nesse sentido, tanto a natureza da referência, ou co-referência, quanto a da sinonímia seriam determinadas em grande parte pela função da linguagem que predomina em uma determinada situação discursiva. Para usarmos a terminologia clássica de Bühler (1934) ou a de Halliday (1985), podemos dizer que, quando a função representacional (ou experiencial) está em foco, a referência e a sinonímia adquirem um caráter mais “descritivo”, ou “denotativo”, que pressupõe a natureza convencional do signo. O que importa aqui é, principalmente, identificar a referência : sobre o que está se falando. A sinonímia seria puramente descritiva (Lyons, 1995), mesmo estabelecendo maior ou menor identidade entre os termos em questão, e pode ser evidenciada tanto em casos de co-referência (menina/ garota) como no caso de exemplos em dicionários. A co-referência pronominal seria outro caso típico da função experiencial da linguagem.

Por outro lado, quando a função expressiva (ou inter-pessoal) predomina no discurso, a co-referência passa a admitir uma série de paráfrases que deixam vir à tona mais explicitamente o sujeito do discurso. Na verdade, como veremos nos exemplos abaixo, a referência motivada pela função expressiva da linguagem ultrapassa o seu valor pura-

mente “identificador”, para poder desempenhar outros “atos ilocucionários”, como criticar, elogiar, ironizar, ou até mesmo informar. Dessa forma, a identidade de referência que se manifesta na co-referência ou na “sinonímia textual” se reveste, muitas vezes, de um valor pragmático que vai além de seu papel coesivo. Mais uma vez, podemos ver como o contexto exofórico não pode ser excluído da interpretação de muitos casos de referência ou de coesão como um todo.

Procuraremos abaixo analisar alguns exemplos de casos de co-referência lexical (ou usos diversos de “sinonímia textual”), e levantar algumas hipóteses acerca das possíveis influências exofóricas na escolha lexical em questão.

### **Análise de casos de “sinonímia textual”**

O texto escolhido foi uma reportagem sobre os setenta anos do ator americano Paul Newman, publicada na revista *Domingo* (n. 983: 20-26). O critério para essa escolha foi a hipótese de que o texto, por ter um conteúdo biográfico, apresentaria vários casos de referência ao ator em questão. Sendo a referência quase sempre a mesma, esperou-se encontrar exemplos do que se chamou aqui de “sinonímia textual”, isto é, diferentes formas nominalizadas que compartilhariam a mesma referência em um determinado texto. Foram identificadas as seguintes expressões usadas como formas de referência ao ator:

O jovem galã dos anos 50  
Paul Newman  
O dono dos olhos azuis mais bonitos do mundo  
O ator  
O artista  
Paul  
Newman  
Ele  
O galã  
O grande ator  
O filho de um próspero comerciante de Cleveland.  
O homem mais bonito do mundo.

A identidade de referência textual é clara, mas, como em todos os casos de sinonímia (mesmo nos da denotativa ou descritiva), fatores

estilísticos e pragmáticos, ou funcionais, fazem com que as diferentes escolhas referenciais não sejam totalmente substituíveis umas pelas outras. No caso específico da reportagem, encontramos um maior número de formas “neutras”, como “Paul Newman”, “Newman”, “ele”, “o ator”, “o artista” e “Paul”. Substantivos próprios (repetição), pronomes e substantivos comuns com artigo definido representam, aqui, formas mais diretas de se remeter ao referente lingüístico “Paul Newman”. Na verdade, umas poderiam substituir as outras sem grandes rupturas na significação. Dessa forma, a sinonímia textual se adequa à definição de sinonímia proposta por Câmara Jr. mencionada acima: “a propriedade de certos termos de poderem ser substituídos um pelo outro sem prejuízo do que se pretende comunicar”.

Por outro lado, as outras expressões utilizadas não parecem se limitar à “função identificadora” da co-referência, como nos seis casos citados acima. Quando usamos como sujeito de uma oração “o homem mais bonito do mundo” e “o grande ator”, estamos não só identificando a referência (sobre quem iremos fazer um comentário), remetendo-a anaforicamente ao referente lingüístico, mas como também informando sobre uma crença supostamente consensual e, ao mesmo tempo, compartilhando dessa crença. Usando esse sintagma como tópico e não comentário (como predicativo do sujeito, por exemplo), cristalizamos o atributo em questão: a beleza de Newman, sendo parte integrada do referente, se confunde com a própria pessoa.

No caso de “o grande ator”, “o jovem galã dos anos 50” e “o dono dos olhos azuis mais bonitos do mundo”, a função da referência torna-se ainda mais complexa. Além de identificarem o referente, e o colocarem sob um foco bastante positivo através do uso de locuções adjetivas, como “grande” “galã” e “mais bonitos do mundo”, as expressões passam informações, a um possível leitor pouco informado, acerca de determinados fatos sobre o ator: ele é (ou foi) considerado um bom ator, fez muito sucesso nos anos 50, e tem olhos azuis. Se o leitor já tiver essas informações, o teor “elogioso” da referência predomina em relação ao informativo. Esse último, no entanto manifesta-se plenamente na expressão: “o filho de um próspero comerciante de Cleveland”, onde, além de identificar a referência (como em todos os casos de co-referência), a expressão desempenha a função de informar sobre um aspecto do passado do ator provavelmente desconhecido para a maioria dos leitores. Assim, passa-se uma informação sem precisar colocá-la como

foco do comentário (predicado), ou como uma informação complementar explicativa ou informativa (oração adjetiva ou aposto).

Na maior parte da reportagem, no entanto, o teor narrativo se impõe, e, por isso, verbos na terceira pessoa, no pretérito perfeito, aparecem com muita frequência (cresceu, trabalhou, escolheu, por exemplo). Em nenhum desses casos o sujeito é lingüisticamente explicitado: a desinência do verbo o indica sem ambigüidades, o que torna a narrativa estilisticamente mais leve (podemos dizer que o verbo carregaria em si a referência quando esta apresenta-se clara no texto). No entanto, a própria narrativa (relatos da vida do ator) vai, implicitamente, modificando, acrescentando, estendendo e ratificando o “referente lingüístico”. O “Newman” do último parágrafo, por mais “neuro” lingüística e referencialmente que possa ser, certamente não é mais, para o leitor, o mesmo Newman do primeiro parágrafo. A identidade de referência se reveste de historicidade através da construção de sentidos decorrente não só do texto em si, mas de sua leitura.

Mais uma vez, pode-se observar o papel, não só complementar, como também constitutivo, do contexto exofórico no fenômeno da coesão lexical. A abordagem que trata a co-referência apenas a partir de suas marcas textuais restringe esse fenômeno a sua função puramente identificadora e experiencial, descartando assim a sua função expressiva e interpessoal.

### **Considerações finais**

Como vimos no início desse trabalho, a contextualização característica das recentes tendências dos estudos do léxico e do significado implica a inclusão de aspectos do contexto tanto intersentencial quanto não verbal ou exofórico. A breve análise aqui desenvolvida, a título de exemplificação, apontou para a possibilidade de se buscar em vários aspectos desses diferentes níveis de contexto as variáveis que determinariam a coesão lexical de natureza referencial. Pôde-se observar que a função referencial só se limitaria à coesão textual caso se restringisse a sua dimensão endofórica uma vez que, com a inclusão do sujeito do discurso, outras possibilidades funcionais (expressivas ou interpessoais) são evidenciadas.

Acredita-se que haveria um contínuo de funções lingüísticas a ser manifestado na referência textual. Esse contínuo incluiria desde o sentido mais experiencial, onde haveria o predomínio da função “identificadora” da referência, até o mais expressivo, onde o sujeito do discurso torna-se mais transparente, ao marcar lingüisticamente a sua posição perante aquilo a que se refere.

Além disso, mesmo quando não se trata de casos de co-referência, a própria escolha paradigmática do léxico pode evidenciar esse mesmo contínuo. Por conseguinte, até mesmo as relações semânticas, particularmente a sinonímia, seria determinada pela função lingüística que predomina em uma determinada situação de uso lingüístico. A distinção entre *sinonímia expressiva* e *sinonímia descritiva* proposta por Lyons (1995) expressa esse espectro de possibilidades funcionais da linguagem: o abstrato e o contextual se complementam.

Podemos ver, assim, uma possível relação entre o objeto da semântica abstrato-conceitual e o da semântica discursiva. Se por um lado, do ponto de vista epistemológico, seria não só conveniente como também necessário estabelecer limites teóricos entre diferentes áreas de investigação da linguagem, por outro, a interseção entre essas áreas parece inevitável ao tratarmos de fenômenos que claramente pressupõem esses diversos níveis. A “sinonímia textual” aqui tratada poderia ser vista, então, como um, entre muitos outros, desses fenômenos, onde a linguagem surge em sua perspectiva multi-dimensional.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BENDIX, E. H. (1966) *Componential analysis of general vocabulary: the semantic structure of a set of verbs in English, Hindi and Japanese*. The Hague: Mouton.
- CAMARA, J. M. JR. (1986) *Dicionário de Linguística e Gramática*. Petrópolis: Vozes.
- CRYSTAL, D. (1980) *Dictionary of Language and Linguistics*. London: Routledge.
- ECO, H. (1974) *As Formas do Conteúdo*. São Paulo: Perspectiva.
- FÁVERO, L. L. (1993) *Coesão e Coerência Textuais*. São Paulo: Atica.
- HALLIDAY, M. A. K E R. HASAN (1976) *Cohesion in English*. London: Longman.

- \_\_\_\_\_. (1985) *An Introduction to Functional Grammar*. London, Arnold.
- HASAN, R. (1985) The texture of a text. In: Halliday, M. A. K. e R. Hasan (orgs.) *Language, Context, and Text: aspects of language in a social-semiotic perspective*. Oxford: Oxford University Press. pp-70-109.
- HATCH, E. E. C. BROWN (1996) *Vocabulary, Semantics and Language Education*. Cambridge: Cambridge University Press.
- HOEY, M. (1990) *Patterns of Lexis in Text*. Oxford: OUP.
- KOKH, I. V. (1989) *A Coesão Textual*. São Paulo: Contexto.
- JACKOBSON, R. (1988) Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: *Linguística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix.
- JACKENDOFF, R. (1992) *Language of the Mind: Essays on Mental Representation*. Cambridge, M.A.: The MIT Press, 1992
- LEHER, A. (1974) *Semantic fields and lexical structure*. Amsterdam: North Holland Publishing Company.
- LYONS, J. (1995) *Linguistics Semantics: an introduction*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MARQUES, M. H. D. (1990) *Iniciação à Semântica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- OGDEN, C. K. E RICHARDS, I. A. (1923/1995) *The Meaning of Meaning*. London: Ark.,
- ORLANDI, E. P. (1996). Exterioridade e Ideologia. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, vol. 30: 27-34.
- POTTIER, B. (1978) *Linguística Geral: teoria e descrição*. Tradução de W. Macedo. Rio de Janeiro: Presença.
- REDDY, M. (1990) The conduit metaphor: A case of frame conflict in our language about language. In Ortony, A. *Metaphor and Thought*, 2ª edição, Cambridge: Cambridge University Press.
- SAMPSON, G. (1980). *Schools of Linguistics*. London: Hutchinson.
- SPERBER, D. (1974). *Simbolismo em Geral*. São Paulo: Cultrix.
- TOOLAN, M. (1996) *Total Speech: an integrational approach to language*. Londres: Duke University Press.
- ULLMANN, S. (1987) *Semântica: uma introdução à ciência do significado*. 5ª edição. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.

(Recebido em setembro de 1999; Aceito em novembro de 1999)